

Ata da 2ª Reunião do Conselho Consultivo da Ejud4 em 2019

PAUTA:

- 1. Aprovação da ata da Reunião de 07/02/2019 (disponível na aba Acórdão);**
- 2. Reestruturação da EJUD4 – Criação do Centro de Pesquisa;**
- 3. Relato do Projeto Vivendo a experiência de ser um trabalhador invisível;**
- 4. Relato do Encontro Institucional;**
- 5. Relato Revista Científica;**
- 6. Relato sobre tratativas de realização do convênio Mestrado Profissionalizante - UNISINOS;**
- 7. Extinção do Grupo de Estudo Direito Processual – Coordenador Artur Peixoto San Martin;**
- 8. Assuntos gerais.**

Aos 14 dias do mês de junho de 2019, na presença da Diretora da Escola Judicial, Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez; do Vice-Diretor da Escola Judicial, Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa; do Coordenador Acadêmico da Escola Judicial, Juiz Adriano Santos Wilhelms; dos Conselheiros da Escola Judicial Teresinha Maria Delfina Signori Correia (Desembargadora aposentada), George Achutti (Desembargador) e Natacha Moraes de Oliveira (servidora); da Secretária Executiva substituta da Escola Judicial, Rosangela Menchick; e do servidor da Escola Judicial, Dênis Ricardo Schorr; tem início a 2ª Reunião do Conselho Consultivo da entidade no presente ano. Apurado o quórum previsto no art. 14, parágrafo único, da RA TRT4 49/2017, a Diretora da Escola Judicial cumprimenta a todos e dá as boas-vindas à servidora Natacha Moraes de Oliveira por sua primeira participação nas reuniões na condição de conselheira da Escola, representando os servidores. Informa que a servidora Natacha assume a vaga aberta pela aposentadoria da conselheira Carmem Ligia Machado da Silva, e que à época eram eleitos um servidor e um suplente e a Natacha ficara como

suplente. A Diretora ressalta que neste ano deverá haver uma nova eleição, quando serão escolhidos dois servidores e um suplente.

1. Aprovação da ata da Reunião de 07-02-2019: aprovada sem ressalvas.

2, 4 e 5. Reestruturação da EJUD4 – Criação do Centro de Pesquisa; relato da Revista científica; e relato do Encontro Institucional: a Diretora relata que a presidente Vania indicou os nomes dos colegas para integrarem a organização do próximo Encontro Institucional, e, como é usual, a Escola Judicial indicou o seu Vice-Diretor e o Coordenador Acadêmico; a AMATRA IV indicou a Juíza Carolina Hostyn Gralha e a Desembargadora Lais Helena Jaeger Nicotti; a Presidência indicou a Juíza Elisabete Santos Marques, o Desembargador Francisco Rossal de Araújo, ambos são os Coordenadores, e o Juiz Eduardo Duarte Elyseu, que é de São Gabriel. A Diretora informa que no começo participou dos encontros no intuito de sugerir alguns nomes para o evento e que *vai linkar* dois assuntos da pauta: o Encontro Institucional e o Centro de Pesquisa. A Diretora relata que neste ano o Encontro Institucional será separado do Encontro de Gestores, um pedido dos próprios Gestores que possuem outras pautas a serem discutidas. Informa que, como já fora em outras épocas, o Encontro Institucional neste ano será realizado em setembro e o Encontro de Gestores em outubro. A Diretora ressalta que haverá um palestrante de renome na Conferência de abertura, a qual não revelará por ora para manter o impacto, e que no encerramento haverá uma apresentação artística, oferecendo um espaço lúdico aos presentes. No meio do encontro, serão realizados os grupos. A Diretora informa que fora solicitado pelos magistrados algo um pouco diferente do que vinha sendo feito nos últimos encontros e assim foi sugerida a contratação da professora Doutora Acácia Kuenzer, profissional especializada e qualificada em metodologias ativas, para auxiliar em uma nova formatação. A Diretora relata que aproveitou então a vinda da professora para que também auxiliasse na melhoria dos fluxos de trabalho da Escola, visando sua otimização após a vinda da capacitação administrativa dos servidores da SEGESP para a Ejud. Além disso, informa que recebeu ofício do Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho perguntando se a

Escola tem um Centro de Pesquisa, respondendo então que não havia. Em alusão aos assuntos usualmente questionados pela ENAMAT, frisa a Diretora que a EJUD4 geralmente já promoveu ou está promovendo aquilo que lhe é perguntado, estando um pouco à frente de outras Escolas de menor porte e num bom patamar em relação às maiores Escolas, seja por ser uma Escola mais antiga, seja porque realmente considera a nossa Instituição diferenciada e bastante qualificada. Porém, havia duas questões que a Ejud4 ainda não possuía e aproveita o ensejo para *linkar* com outro assunto da pauta, a Revista Científica e o Centro de Pesquisa. Nesse contexto, a Diretora solicitou à Professora Acácia que montasse um desenho de criação de um Centro de Pesquisa e encaminhará oportunamente o projeto aos conselheiros para eventuais sugestões. Informa que já consta o Centro de Pesquisa na mandala (organograma) da Escola e pergunta aos conselheiros se a EJUD pode desde já anunciar a sua criação, que oportunamente será objeto de debates alusivos a sua estrutura e demais questões pertinentes. Os conselheiros concordam. A Diretora se compromete a encaminhar o projeto aos conselheiros para que sejam tomadas as providências e encaminhamentos necessários em relação ao Centro de Pesquisa. A Diretora faz breve alusão à mandala, mostrando suas divisões por setor e informa que, se os conselheiros desejarem, a Escola pode fazer para o segundo semestre, lá por setembro, um breve descritivo das competências específicas de cada setor. Sugere a Diretora que se faça uma reunião do Conselho em setembro, após o Encontro Institucional, para uma avaliação do Encontro e apresentação do trabalho de cada setor da Escola. A Diretora anuncia então a criação oficial do Centro de Pesquisa, antevendo que não conseguirá avançar muito até o final de sua gestão, mas espera poder contar com a colaboração de todos para ao menos deixá-lo estruturado de modo que nos próximos anos se avance nas questões das pesquisas em si, pois há Escolas que já possuem, no caso a 3ª e a 15ª regiões. Sobre a Revista Científica, a Diretora relata que quando ainda era candidata à direção apresentou basicamente três propostas para sua gestão: a assunção definitiva da capacitação administrativa de servidores pela Escola, o que foi feito com bom aproveitamento dos antigos servidores da Capacitação, que vieram para a EJUD dar seguimento ao trabalho desenvolvido até então; incrementar o EaD, o qual também se fortaleceu, com cursos ricos, muito bem avaliados, inclusive

com aplicação de metodologias ativas; e a terceira proposta foi a criação da Revista Científica. Relata que no início, houve certa resistência ao projeto dada sua complexidade e exigências de qualificação junto à CAPES, por exemplo, e explica que solicitou um projeto à Dra. Acácia Kuenzer, que teve grande importância na construção da Revista Científica. Relata que a Dra. Acácia elucidou a necessidade de dois Doutores para serem editor e vice-editor da Revista, além de uma equipe qualificada de pareceristas, e que a Revista é elaborada pelo sistema de “duplo cego”: os interessados recebem o edital, mandam os artigos e estes artigos tem pareceristas, que desconhecem suas autorias, e os examinam dois a dois, evitando assim eventuais influências pessoais nas avaliações dos artigos. Pensou então no Juiz Leandro Krebs Gonçalves para editor, um magistrado qualificado, Doutor pela USP, que foi Coordenador Acadêmico da EJUD, bem como no Desembargador José Felipe Ledur para vice-editor, também Doutor pela Universidade do Paraná, que foi Diretor da Escola e está aposentado, ou seja, convidou dois magistrados com grande vínculo com a Escola, extrema competência e grande qualificação. Informa que ambos aceitaram o encargo, efetivamente fizeram um grande trabalho e a primeira edição será lançada no próximo dia 04 de julho. A Diretora aproveita para convidar a todos a comparecerem no lançamento da Revista Científica, que terá ocasião no Fim de Tarde sobre os 100 anos da OIT, a ser ministrado pelo Dr. Martin Hahn, Diretor da OIT no Brasil, que virá sem custos para a EJUD.

3. Relato do Projeto Vivendo a experiência de ser um trabalhador invisível: a Diretora faz breve relato sobre o projeto. Explica que há três anos a 1ª Região elaborou um projeto, a partir da leitura por seu Coordenador Acadêmico de um livro que foi tese de Doutorado da USP, onde o psicólogo Fernando Braga da Costa, trabalhou como gari no campus da USP durante oito anos. Em resumo, a Diretora relata que a EJUD1 realizou um projeto em que doze juízes atuaram em trabalhos considerados por eles como subalternos, a exemplo de copeiro, gari, cobrador de ônibus, dentre outras tarefas. Deste trabalho, foi lançado um livro, o qual está à disposição de forma eletrônica aos interessados na EJUD1. A Diretora relata que no ano passado foi a uma

reunião na Enamat, em março, quando o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho concedeu a palavra ao Diretor da EJUD1, Desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira, para comentar sobre o projeto. Impactada com o relato, a Diretora conversou com o desembargador, que foi muito solícito, remetendo posteriormente à Ejud4 a íntegra do projeto, e decidiu então promover o evento também aqui na 4ª Região. Este ano, então, foi feita a primeira reunião com o sociólogo Fernando Braga da Costa. A Diretora relata que as tratativas com as empresas foram complexas, pois havia muita desconfiança por parte das empresas quando ao real intuito do projeto, e que solicitou auxílio de advogados trabalhistas nessas tratativas, propondo que na edição do livro conste uma pequena biografia de cada empresa, como forma de contrapartida à empresa pelo apoio e participação no projeto. Relata resumidamente que a Cootravipa recusou a participação, a Rede Zaffari ofereceu inicialmente apenas uma vaga, e que tiveram apoio satisfatório da rede Asun, da Carris, da Auxiliadora Predial, da Santa Casa, do Sheraton Hotel e do Shopping Total. Informa ainda que o projeto chegou inclusive ao conhecimento do Prefeito de Porto Alegre quanto à participação da Carris, que o autorizou. Relata que algumas empresas necessitaram oferecer um treinamento prévio, e outras não. O Coordenador Acadêmico relata que conversou com alguns magistrados participantes, os quais ficaram muito satisfeitos com a experiência vivenciada no projeto.

6. Relato sobre tratativas de realização do convênio Mestrado Profissionalizante – UNISINOS: o Vice-Diretor da Escola Judicial relata as tratativas dos mestrados, informando que há projetos com a UFRGS, o qual encontra-se parado por conta das burocracias inerentes à Entidade Federal, com a PUCRS, que deverá ficar para o próximo exercício, e com a UNISINOS, que está em tratativas avançadas de contratação e se pretende oferecer uma turma ainda este ano, em que pese o prazo curto. Relata que se trata de um Mestrado Profissional pronto pela Universidade, já oferecido no mercado, porém frisa que em reuniões na sede da Escola, fora criada uma linha de pesquisa específica que contemple disciplinas de interesse de magistrados e servidores deste Tribunal. A Diretora menciona que a ideia inicial era a Escola

custear o percentual de 10%, ficando os alunos responsáveis pelos 90% restantes, mas que, a pedido do Vice-Diretor, poderia ser estudado um aumento de custeio para 20%, enfatizando, porém, que esse percentual pode comprometer outras atividades da Escola nos próximos exercícios. A fim de verificar o real interesse de magistrados e servidores em cursarem este Mestrado Profissional, a Diretora sugere seja elaborada consulta prévia com magistrados e servidores, com prazo curto de resposta, e relata que solicitará esta providência à Assessora-Chefe da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Jurídico da Ejud4, sugestão acolhida pelos conselheiros. O Coordenador Acadêmico elogia a iniciativa do Mestrado, mencionando que o Mestrado Profissional é um dos mais importantes projetos da Escola Judicial.

7. Extinção do Grupo de Estudo Direito Processual – Coordenador Artur Peixoto San Martin: a Diretora comunica aos conselheiros que foi solicitada e deferida a extinção do grupo de Estudo de Direito Processual, coordenado pelo Juiz Artur Peixoto San Martin.

8. Assuntos gerais: a Diretora abre espaço para assuntos gerais e a conselheira Natacha Moraes de Oliveira sugere que no próximo Encontro Institucional da Magistratura as frequências sejam aferidas por meio de um sistema de reconhecimento facial, o que é acolhido pelos presentes.

A Diretora agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada.